



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quinta-feira, 16 de novembro de 2023

Ano X | Edição nº 2239

Página 4 de 7

PREFEITO MUNICIPAL
DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Registrada e publicada neste Departamento de Atos
Oficiais e Documentos, na data supra.
vcm.

BIANCA CAMPOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE
ATOS OFICIAIS E DOCUMENTOS

LEI COMPLEMENTAR Nº 102/2023

*REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE GARÇA, OS
PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, DE ACORDO COM A LEI
FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE
JULHO DE 2017, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS*

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo,
no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara
Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei
Complementar:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Lei Complementar estabelece as
normas e os procedimentos para a Regularização Fundiária
Urbana - REURB de núcleos urbanos informais e núcleos
urbanos informais consolidados no Município de Garça, com
fundamento nas diretrizes e princípios estabelecidos na [Lei
Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017](#).

Art. 2º A REURB será implementada e executada pela
Comissão Municipal de Regularização Fundiária - CMRF.

Art. 3º Somente serão objeto de regularização
fundiária os núcleos urbanos existentes até o dia 22 de
dezembro de 2016, que serão atestados pela CMRF.

Art. 4º Para fins da presente lei adotam-se os
seguintes conceitos:

I - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e
características urbanas, constituído por unidades
imobiliárias de área inferior à fração mínima de
parcelamento prevista na [Lei nº 5.868, de 12 de dezembro
de 1972](#), independentemente da propriedade do solo, ainda
que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

II - núcleo urbano informal: aquele clandestino,
irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer
modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a
legislação vigente à época de sua implantação ou
regularização;

III - núcleo urbano informal consolidado: aquele de
difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a
natureza das edificações, a localização das vias de
circulação e a presença de equipamentos públicos, entre
outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;

IV - demarcação urbanística: procedimento destinado a

identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo
núcleo urbano informal e a obter a anuência dos
respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos
imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula
destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária, a
ser promovida a critério do Município;

V - Certidão de Regularização Fundiária (CRF):
documento expedido pelo Município ao final do
procedimento da Reurb, constituído do projeto de
regularização fundiária aprovado pela Comissão Municipal
de Regularização Fundiária do termo de compromisso
relativo a sua execução e, no caso da legitimação fundiária
e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do
núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação
destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

VI - legitimação de posse: ato do poder público
destinado a conferir título, por meio do qual fica
reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível
em aquisição de direito real de propriedade na forma desta
Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da
ocupação e da natureza da posse;

VII - legitimação fundiária: mecanismo de
reconhecimento da aquisição originária do direito real de
propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

VIII - ocupante: aquele que mantém poder de fato
sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em
núcleos urbanos informais;

IX - REURB de Interesse Social (REURB-S): regularização
fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados
predominantemente por população de baixa renda, assim
declarados em ato do Poder Executivo municipal; e

X - REURB de Interesse Específico (REURB-E):
regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos
informais ocupados por população não qualificada na
hipótese de que trata o inciso IX deste artigo.

CAPÍTULO II DA REURB

Art. 5º São legitimados para requerer:

I - a REURB-S:

a) a União, o Estado e o Município, diretamente ou por
meio de entidades da administração pública indireta;

b) os seus beneficiários, individual ou coletivamente,
diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais,
associações de moradores, fundações, organizações
sociais, organizações da sociedade civil de interesse
público ou outras associações civis que tenham por
finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano
ou regularização fundiária urbana;

c) os proprietários de imóveis ou de terrenos,
loteadores ou incorporadores;

d) a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários
hipossuficientes;

e) o Ministério Público.

II - a REURB-E:

a) os seus beneficiários, individual ou coletivamente,
diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais,



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quinta-feira, 16 de novembro de 2023

Ano X | Edição nº 2239

Página 5 de 7

associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;

b) os proprietários de imóveis ou de terrenos, possuidores, loteadores ou incorporadores.

Parágrafo único. Os critérios para o enquadramento em REURB-S ou REURB-E, serão definidos pela CMRF.

Art. 6º As áreas e imóveis objetos da REURB, podem estar localizados na Macrozona Urbana e na Macrozona Rural, em ambas suas modalidades, serão consideradas Áreas Especiais de Interesse Social, não se aplicando a elas as seguintes regras:

I - dimensões dos lotes, podendo, ser inferior aos limites estabelecidos na Lei Municipal nº 4.388/2009 ou outra que vier a substituir;

II - largura inferior de vias de acesso, tais como: ruas, estradas, travessas e servidões de passagem;

III - testada mínima inferior exigida para via pública do imóvel.

Art. 7º Aplica-se, no que couber, à Regularização Fundiária Urbana, as regras e normas dispostas no Plano Diretor do Município de Garça, bem como na Lei de Parcelamento do Solo no Município.

Art. 8º O procedimento administrativo para a REURB, em ambas as suas modalidades, dar-se-á na forma disposta na Lei Federal [nº 13.465, de 11 de julho de 2017](#), e no [Decreto Federal nº 9.310, de 2018](#).

Art. 9º O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo:

I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV - projeto urbanístico;

V - memoriais descritivos, que deverão conter o da área total abrangida pela REURB e dos lotes criados pela regularização;

VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;

VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;

VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;

IX - cronograma físico de serviços e implantação de

obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e

X - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Art. 10. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação:

I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;

II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;

III - quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações vinculadas à unidade regularizada;

IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

V - de eventuais áreas já usucapidas;

VI - das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;

VII - das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;

VIII - das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;

IX - de outros requisitos que sejam definidos pelo Município por meio da CMRF.

§ 1º A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

§ 2º Na hipótese de utilização, pelo poder público, de peças técnicas e projetos de regularização fundiária elaborados por empresas privadas e particulares em geral, será necessária, para a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), a anuência dos autores ou de quem detenha os direitos autorais.

Art. 11. Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

I - sistema de abastecimento de água potável coletivo com rede que atenda individualmente cada imóvel (lote);

II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quinta-feira, 16 de novembro de 2023

Ano X | Edição nº 2239

Página 6 de 7

- III - rede de energia elétrica domiciliar;
- IV - soluções de drenagem, quando necessário.

CAPÍTULO III

D A C O M I S S Ã O M U N I C I P A L D E R E G U L A R I Z A Ç Ã O F U N D I Á R I A

Art. 12. A Comissão Municipal de Regularização Fundiária - CMRF, será composta pelos membros abaixo, nomeados pelo Prefeito:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração dos Serviços Públicos;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços;

VI - 1 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município;

VII - 1 (um) representante do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos - SAAE;

Parágrafo único. A CMRF poderá requisitar servidores de qualquer Secretaria, quando necessário, independentemente de autorização do titular da pasta, para auxiliar nos trabalhos de regularização fundiária.

Art. 13. Compete à CMRF:

I - classificar, caso a caso, as modalidades da REURB;

II - processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária;

III - emitir a CRF.

Art. 14. Fica autorizada a CMRF regularizar todas as estradas, vias de acesso e travessas não legalizadas até 22 de dezembro de 2016, e que estejam na Zona Urbana Consolidada, Zona de Expansão Continuada ou na Zona Expansão Urbana, nas dimensões já existentes para o tráfego de veículos.

Parágrafo único. As vias de acesso, travessas e estradas que forem regularizadas por meio desta lei passarão a ser de domínio público municipal, na qualidade de bem comum de uso do povo.

CAPÍTULO IV

D A S D I S P O S I Ç Õ E S F I N A I S E T R A N S I T Ó R I A S

Art. 15. Fica delegada à Comissão Municipal de Regularização Fundiária - CMRF editar regulamentos e atos necessários para a implementação da Regularização Fundiária, observados os limites da presente Lei.

Parágrafo único. Os casos omissos da presente lei serão resolvidos pela CMRF, mediante expedição de ato próprio.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário. Garça, 13 de novembro de 2023.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Registrada e publicada neste Departamento de Atos Oficiais e Documentos, na data supra.
vcm.

BIANCA CAMPOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE
ATOS OFICIAIS E DOCUMENTOS

Portarias

PORTARIA Nº 36.094/2023

CONSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO PATRIMONIAL

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 78 da [Lei Orgânica](#) do Município, de 05 de abril de 1990;

Considerando o contido no Memorando 1Doc nº 24.883/2023, do Departamento de Controle, Patrimônio e Arquivo.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Gestão Patrimonial, objetivando efetivar padrões a serem adotados nos assuntos relacionados ao patrimônio público, mediante deliberação acerca dos procedimentos e resolução de possíveis adversidades e propostas de melhores soluções, contribuindo, assim, para a melhor gestão do patrimônio público.

§ 1º A Comissão será formada pelos seguintes membros:

I. Representantes da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa:

- a) Saulo Muniz Simionato;
- b) José Victor Fróio dos Santos;
- c) Daniela Aparecida de Souza Gonçalves.

II. Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

- a) Jair de Jesus Sgarbi;
- b) Eduardo Crema Murgo.

III. Representante da Secretaria Municipal de Administração dos Serviços Públicos:

- a) Júlio Pavarini Junior.

IV. Representantes da Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Finanças:

- a) Elaine Dias Gomes Prata;
- b) Lucas Andrade da Silva;
- c) José Guilherme Costa Lima.

V. Representante da Procuradoria-Geral do Município:

- a) Rafael de Oliveira Citá.

VI. Representante da Controladoria-Geral do Município:

- a) Amanda de Oliveira Boroto.

VII. Representante da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia:



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Quinta-feira, 16 de novembro de 2023

Ano X | Edição nº 2239

Página 7 de 7

a) Ricardo Sartori Berti.
VIII. Representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:

a) Simone Ortigosa Moreira.

IX. Representante da Secretaria Municipal de Educação:

a) Gisleine dos Santos Garcia Maximiano.

X. Representante da Secretaria Municipal de Parcerias e Assuntos Estratégicos:

a) Adriana Ramos Pires.

XI. Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Bianca Gomes Porfírio da Silva.

§ 2º A Comissão será presidida pelo Sr. Saulo Muniz Siomionato.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 10 de novembro de 2023.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Registrada e publicada neste Departamento de Atos Oficiais e Documentos, na data supra.-

PJ.-

BIANCA CAMPOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE
ATOS OFICIAIS E DOCUMENTOS

Licitações e Contratos

Resultado

RESULTADO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 017/2023

A C.P.L. vem dar ciência aos interessados, que na verificação da documentação apresentada pelas proponentes à fase de habilitação do certame licitatório supra, decidiu **INABILITAR** a empresa TRIX ENGENHARIA ELETRICA EIRELI, por deixar de apresentar os seguintes documentos de habilitação: Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, de Débitos Trabalhistas (CNDT), descumprindo alínea "i"; Certidão de registro dos profissionais e de responsabilidade técnica dos responsáveis, descumprindo alínea "m"; Acervo Técnico e Atestados ou Certidões previstos respectivamente nas alíneas "n" e "o"; Certidão de registro de pessoa jurídica, descumprindo alínea "p" e declarações solicitadas nas alíneas "k" e "r" do item 6.7.1 do Edital e decidiu **HABILITAR** as empresas PROPONENTE Nº 01 - TC DE CASTRO EMPREENDIMENTOS LTDA; PROPONENTE Nº 02 - EXTINFLAM SERVIÇOS CONTRA INCENDIOS LTDA; PROPONENTE Nº 04 - A & F ARQUITETURA E PROJETOS LTDA ME; PROPONENTE Nº 05 - MINERVA ENGENHARIA LTDA por apresentarem os documentos conforme exigidos no edital do certame. Encontra-se aberto o prazo de 05 dias

úteis para interposição de eventuais recursos, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Não havendo interposição de recursos, fica designado o dia 29/11/2023 às 09:00 horas para abertura dos envelopes "Propostas", estando o processo com vistas franqueadas aos interessados - Data: 14/11/2023 - Comissão Permanente de Licitações.

Notificações

Município de Garça - SP - Departamento de Rendas Municipais

LAZARO MATHIAS DE JESUS

Notificação de Lançamento

Cadastro nº 44003800

Assuntos: Notificação dos Lançamentos do Processo Administrativo 1.doc 065/2023

Tarifa de Utilização de Veículos e Máquinas

Auto de Infração e Imposição de Multa 009/2023

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS (SAAE)

Licitações e Contratos

Aditivos / Aditamentos / Supressões

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS - SAAE DE GARÇA

EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO

14/11/2023 - 4º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 0030/2021, firmado com a empresa Time Cloud Tecnologia Ltda., objetivando a locação de 43 (quarenta e três) aparelhos para telefonia IP, que teve seu prazo de vigência prorrogado por 12 (doze) meses.